

fazer parte da assemblea eleitoral de Freixedas, do mesmo concelho.

Art. 3.º É transferida para a freguesia de Safurdão, por ser a mais central, a sede da assemblea eleitoral que tem estado na de Atalaia, concelho de Pinhel.

Art. 4.º São criadas duas novas assembleas eleitorais no concelho da Guarda, uma com sede em Famalicão, composta desta freguesia e da limitrofe do Valhelhas, com a sua anexa de Vale de Amoreira, e outra com sede em Cavadonde, composta desta freguesia e das próximas de Sobral da Serra, Porto da Carne, Vila Cortês do Mondego, Faia e Porco.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1925.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — José Domingues dos Santos.

#### Lei n.º 1:746

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É criada uma nova freguesia com sede na povoação dos Gagos, concelho da Guarda, composta desta povoação e da de Almeida e Quintas da Granja e da Pereira, que até agora faziam parte da freguesia de S. Pedro, e da povoação de Monteiros, que fazia parte da freguesia de S. Miguel do Jarmelo.

Art. 2.º A nova freguesia dos Gagos terá por limites: pelo lado do nascente, os mesmos que actualmente separam os terrenos da povoação de Monteiros e a Quinta da Granja, das freguesias da Castanheira, concelho da Guarda, e Pinzão, concelho de Pinhel; pelo lado norte os mesmos limites que actualmente separam os terrenos da povoação de Almeida dos da freguesia da Ribeira dos Carinhos e povoação de Lobatos, freguesia de S. Miguel; pelo lado do poente uma linha divisória que segue entre as povoações de Gagos, Devesa, Donfins e Ugoira, fixada por marcos a colocar, um junto do marco geodésico, outro sobre a fonte de Alvandeira e outro ao centro do baldio do Picoto; e pelo lado do sul os mesmos limites que actualmente separam os terrenos da povoação de Monteiros das freguesias de Pousada, Rochoso e Castanheira, concelho da Guarda.

Art. 3.º São dissolvidas as Juntas de Freguesia de S. Pedro e S. Miguel do Jarmelo, devendo ser feitas as eleições das juntas destas freguesias e da dos Gagos, criada por esta lei, no prazo de sessenta dias.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1925.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — José Domingues dos Santos.

#### Lei n.º 1:747

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º As assembleas eleitorais primárias do concelho de Portalegre são quatro, assim distribuídas:

- 1.ª Com sede na freguesia da Sé, constituída pelos eleitores desta freguesia e da de S. Julião.
- 2.ª Com sede na freguesia de S. Lourenço, constituída pelos eleitores desta freguesia e das de Alagoa, Fortios e Reguengo.
- 3.ª Com sede na freguesia de Ribeira de Nisa, constituída pelos eleitores desta freguesia e da de Carreiras.

- 4.ª Com sede na freguesia de Alegrete, constituída pelos eleitores desta freguesia e da de Urra.

Art. 2.º As assembleas eleitorais primárias do concelho de Nisa são seis, assim distribuídas:

- 1.ª Com sede na freguesia do Espírito Santo; constituída pelos eleitores da mesma freguesia.
- 2.ª Com sede na freguesia de Nossa Senhora da Graça, constituída pelos eleitores desta freguesia e da do Pé da Serra.
- 3.ª Com sede na freguesia da Amoreira, constituída pelos eleitores desta freguesia.
- 4.ª Com sede na freguesia de Arez, constituída pelos eleitores das freguesias de Arez e Caixoiro.
- 5.ª Com sede na freguesia de Montalvão, constituída pelos eleitores desta freguesia.
- 6.ª Com sede na freguesia do Alpalhão, constituída pelos eleitores desta freguesia e da de Toluosa.

Art. 3.º É criada uma assemblea eleitoral primária na freguesia de Montargil, do concelho de Ponte de Sor, constituída pelos eleitores da mesma freguesia.

Art. 4.º É criada uma assemblea eleitoral com sede em Chança, onde votam os eleitores das freguesias de Sêda e Chancelaria, do concelho de Alter do Chão.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1925.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — José Domingues dos Santos.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

### Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

#### 2.ª Repartição

#### Decreto n.º 10540

Considerando que, pelo decreto n.º 8:482, de 13 de Novembro de 1922, foi definitivamente cedido à Câmara Municipal do concelho de Alijó, distrito de Vila Real, o terreno do antigo passal da freguesia de Alijó, para construção do Hospital da Misericórdia, mediante a indemnização, já paga, de 2.000\$, com a condição de começarem as obras no prazo de um ano, contado da data do decreto de cedência;

Considerando que à mesma entidade e para o mesmo fim se fez cedência definitiva, pelo decreto n.º 9:360, de 8 de Dezembro de 1923, do edificio do antigo presbitério da referida freguesia, contiguo ao passal, pela indemnização de 5.000\$, ainda não paga, mantendo-se o decreto anterior e marcando-se novo prazo de um ano para início das construções;

Considerando que a entidade cessionária só agora entrou na posse do presbitério cedido, porque foi necessário cogir o seu occupante ilegítimo a despejá-lo, não podendo assim dar-se começo às obras no prazo assinado;

Atendendo a que a Câmara Municipal, cessionária, expôs e fundamentou a impossibilidade de realizar a construção do hospital e pediu que a cedência do edificio e do terreno fôsse todavia mantida, applicando-se os bens cedidos à instalação de um asilo de velhos e inválidos, o que poderá fazer com um menor dispêndio, visto tratar-se não de uma nova edificação mas de simples adaptações;

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos, e

nos termos do artigo 104.º da lei de 20 de Abril de 1911 e artigo 6.º da lei n.º 420, de 11 de Setembro de 1915:

Hei por bem decretar que sejam mantidos em vigor os decretos n.º 8:482, de 13 de Novembro de 1923, e n.º 9:360, de 8 de Dezembro de 1923, cedendo à Câmara Municipal do concelho de Alijó, distrito de Vila Real, o antigo passal e presbitério da freguesia de Alijó, autorizando a cessionária a adaptar os bens cedidos à instalação de um asilo de velhos e inválidos. O presente decreto será declarado sem efeito e os bens cedidos reverterão à posse do Estado, sem que a cessionária fique com direito a qualquer indemnização ou restituição, se a estes bens for dada aplicação diferente da consignada; se o asilo se não instalar no prazo máximo de dois anos, contados da publicação deste diploma, e se, imediatamente após a mesma publicação, a cessionária não satisfizer à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, por intermédio da comissão sua delegada no concelho de Alijó, a indemnização de 5.000\$ estabelecida no citado decreto n.º 9:360.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *Pedro Augusto Pereira de Castro.*

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Decreto n.º 10:544

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem aprovar a tabela dos vencimentos do pessoal do quadro da Repartição do Montepio Oficial, aprovado pelo decreto n.º 10:196, de 20 de Outubro de 1924, que baixa assinada pelo Ministro das Finanças, e que para todos os efeitos fica fazendo parte deste decreto.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1925.—**MANUEL TEIXEIRA GOMES** — *Manuel Gregório Pestana Júnior.*

Tabela dos vencimentos do pessoal do quadro da Repartição do Montepio Oficial, aprovado pelo decreto n.º 10:196, de 20 de Outubro de 1924:

Categorias	Vencimentos anuais			Total geral
	Categoria	Exercício	Total	
1 Chefe de repartição . . .	1.833\$30	366\$66	2.199\$96	28.797\$96
3 Chefes de secção . . .	1.650\$00	330\$00	1.980\$00	
3 Primeiros oficiais . . .	1.466\$87	293\$73	1.760\$60	
6 Segundos oficiais . . .	1.300\$00	260\$00	1.560\$00	
6 Terceiros oficiais . . .	802\$50	160\$50	963\$00	
2 Contínuos . . . . .	400\$00	80\$00	480\$00	
2 Serventes . . . . .	300\$00	60\$00	360\$00	

O pessoal menor tem direito às diuturnidades que constam da legislação em vigor.

Paços do Governo da República, 13 de Fevereiro de 1925.—O Ministro das Finanças, *Manuel Gregório Pestana Júnior.*

## MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

1.ª Repartição

5.ª Secção

Decreto n.º 10:542

Considerando que por várias disposições legislativas, ainda em vigor, está o Poder Executivo autorizado a remodelar os serviços públicos e consequentemente os respectivos quadros do pessoal;

Considerando que em conformidade com essa autorização foram reorganizados os serviços do Ministério da Marinha por decretos n.ºs 9:663 e 9:720, respectivamente de 9 e 23 de Maio de 1924, sem que de acordo com os artigos 170.º e 209.º do último daqueles decretos tenha sido definida a situação dos funcionários civis do quadro transitório da extinta 4.ª Direcção Geral de Marinha e feita a sua colocação na actual Direcção Geral de Marinha em harmonia com as funções que estão desempenhando, e com respeito sempre aos direitos adquiridos, nos precisos termos do artigo 1.º da lei n.º 1:344, de 26 de Agosto de 1922;

Considerando que a estes funcionários foram outorgados por decreto do Governo Provisório da República, de 28 de Março de 1911, direitos e regalias iguais aos dos funcionários civis das demais Secretarias de Estado, regalias e direitos que sempre têm usufruído e que justo é sejam absolutamente mantidos;

Considerando que da nova colocação dos funcionários no aludido quadro resulta não só uma mais consentânea distribuição do respectivo pessoal com as necessidades do serviço que lhe está confiado, mas ainda uma apreciável redução na verba orçamental correspondente, visto que, sendo essa verba de 267.840\$, fica a mesma reduzida a 262.374\$, o que está evidentemente no espírito das leis que determinam compressão de despesas;

Hei por bem, sob proposta do Ministro interino da Marinha, ouvido o Conselho de Ministros, usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa e das que são conferidas ao Poder Executivo pelas leis n.ºs 971 e 1:344, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O quadro transitório do pessoal civil da extinta 4.ª Direcção Geral da Marinha passa a denominar-se: «Quadro transitório do pessoal civil da Direcção Geral de Marinha», e terá a seguinte composição:

Um chefe de repartição;  
Quatro chefes de secção;  
Quatro primeiros oficiais;  
Quatro segundos oficiais;  
Um porteiro (chefe do pessoal menor);  
Dezasseis contínuos de 1.ª classe.

Art. 2.º Neste quadro são colocados nas categorias que lhes vão indicadas os funcionários existentes do quadro da extinta 4.ª Direcção Geral da Marinha constantes da relação junta, que faz parte integrante deste decreto e baixa assinada pelo Ministro interino da Marinha.

§ único. As vacaturas que de futuro ocorrerem no pessoal superior deste quadro continuam a ser preenchidas nos termos do § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 2:423, de 2 de Junho de 1916, e as do pessoal menor por praças da secção dos reformados da armada, nos termos do decreto de 28 de Março de 1911.